



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

**PLANO DE CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM TRADUÇÃO
E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS –
LIBRAS**

Montes Claros - MG
2016

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Eline Neves Braga Nascimento

Reitor

Prof. José Ricardo Martins da Silva

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Prof. Edmilson Tadeu Cassani

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Prof. Alisson Magalhães Castro

Pró-Reitor de Ensino

Prof. Ricardo Magalhães Dias Cardoso

Pró-Reitor de Extensão

Prof.^a Maria Araci Magalhães

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação Tecnológica e Pós-Graduação

Prof. Rogério Mendes Murta

Diretores Gerais de Campus

Campus Almenara – Prof. João Brálio Mendes Pereira Lima

Campus Araçuaí – Prof. Aécio Oliveira De Miranda

Campus Arinos – Prof. Elias Rodrigues De Oliveira Filho
Campus Avançado Janaúba - Prof. Fernando Barreto Rodrigues
Campus Avançado Porteirinha – Prof. Tarso Guilherme Macedo Pires
Campus Diamantina - Prof. Júnio Jáber
Campus Januária – Prof. Cláudio Roberto Ferreira Mont’alvão
Campus Montes Claros – Prof. Renato Afonso Cota Silva
Campus Pirapora – Prof^a. Joaquina Aparecida Nobre Silva Gomes
Campus Salinas – Prof. Wagner Patrício De Souza Junior
Campus Teófilo Otoni - Prof. Renildo Ismael Félix Da Costa

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diretor

Prof. Antônio Carlos Soares Martins

Coordenação de Ensino

Prof.^a Ramony Maria Da Silva Reis Oliveira

Coordenação de Administração

Alessandro Fonseca Câmara

EQUIPE ORGANIZADORA

Antônio Carlos Soares Martins

Ednaldo Liberato de Oliveira

Elmer Sena Souza

Luciana Cardoso de Araújo

Ramony Maria da Silva Reis Oliveira

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	4
1.1 Apresentação geral.....	5
1.2 Apresentação da EAD.....	7
1.2.1 Finalidades, objetivos e princípios da EAD.....	8
1.2.1.1 Finalidades.....	9
1.2.1.2 Objetivos.....	10
1.2.1.3 Princípios.....	10
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	11
3 JUSTIFICATIVA.....	12
4 OBJETIVOS.....	13
4.1 Objetivo geral.....	13
4.1 Objetivo geral.....	13
4.2 Objetivos específicos.....	13
4.2 Objetivos específicos.....	13
5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DOS EGRESSOS.....	13
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	14
6.1 Orientações metodológicas.....	14
6.1.1 Material didático do curso.....	16
6.1.2 Metodologia de organização dos módulos.....	16
6.1.2.1 Módulo introdutório.....	16
6.1.2.2 Estudos individuais.....	16
6.1.2.3 Grupos de trabalho.....	17
6.1.2.4 Encontros presenciais.....	17
6.2 Estrutura curricular do curso.....	19
6.2.1 Matriz curricular.....	19
6.2.2 Representação gráfica da formação (fluxograma).....	20
6.2.3 Ementário por disciplina.....	21
6.2.4 Prática profissional.....	38
6.2.5 Estágio curricular.....	39
7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	40
8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO.....	40
8.1 Avaliação da aprendizagem.....	40
8.2 Promoção e reprovação.....	41
8.2.1 Quadro de avaliações.....	42
8.3 Frequência.....	42
9 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	42
10 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EXPEDIDOS.....	43
11 REFERÊNCIAS.....	43

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Apresentação geral¹

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica e receberam a atribuição de formar engenheiros de operação e tecnólogos, procurando adequar o ensino profissional às demandas do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho. Tal diretriz da educação técnica e tecnológica foi acentuada, em 1997, com o Decreto nº 2208, que desvinculou a educação técnica do ensino médio, com a extinção dos cursos técnicos integrados e priorizou a instituição de cursos superiores de tecnologia. Com o Decreto nº 5.154, de 2004, ainda que se tenha pretendido a reintegração, muito tímida, dos ensinos médio e técnico, sob as formas concomitante e continuada, a orientação para o mercado do trabalho permaneceu.

Porém, já eram perceptíveis alguns sinais de novas tendências. A partir de 2003, a política do governo federal passou a ter sua essência na superação da pobreza e da desigualdade social. Com essa nova concepção, o governo decidiu expandir a rede de escolas federais de educação profissional e tecnológica. A primeira fase, iniciada em 2006, foi mais quantitativa e procurou implantar escolas desse tipo nos estados onde elas não existiam, “preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.” (PPP, p. 17).

Na segunda fase, a partir de 2007, manteve-se o perfil quantitativo a partir da proposta de implantação de uma “escola técnica em cada cidade-polo do país”. Nessa vertente, 150 unidades foram implantadas, abrindo 180 mil vagas na educação profissional e tecnológica. Projetaram-se cerca de 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão deveria estar concluída e na plenitude de seu funcionamento.

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação

¹ Texto adaptado do projeto político-pedagógico (PPP) do IFNMG – Câmpus Montes Claros.

profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Certamente, cumprindo sua missão, os institutos agenciarão o desenvolvimento técnico-tecnológico nos níveis nacional, regional e local, na mesma proporção do crescimento quantitativo e qualitativo, do seu capital humano, dos grupos de pesquisa e da inovação científica e tecnológica e, é claro, do ensino técnico, científico e tecnológico articulados ao mundo real, socialmente construído e vivido.

Os Institutos Federais de Educação Tecnológica foram instituídos a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Além da criação de novas unidades, houve a integração de outras instituições que ofertavam educação profissional de nível médio como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais, entre outros. Sua atribuição legal baseia-se em ofertar educação profissional em suas mais variadas modalidades, abrangendo licenciaturas, bacharelados, educação profissional de nível básico e médio, cursos de formação inicial e continuada, além de programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*.

Nos seus documentos oficiais, o governo caracteriza os Institutos Federais como um grande empreendimento que enfoca as classes desprovidas e as regiões esquecidas pelo desenvolvimento, de forma que essas pessoas possam ter acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Ao ser analisado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, ano anterior à primeira fase da expansão dos Institutos Federais, percebe-se a grande importância dada a eles. Os Institutos Federais tornam-se sinônimo de educação de qualidade. O documento ainda acrescenta a missão institucional e os objetivos dessas novas escolas federais:

Diante dessa expansão sem precedentes [...] A missão institucional dos Institutos Federais deve, no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio;
- Orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é consequência desse

Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino, cujo objetivo geral consiste na ampliação e interiorização da rede federal, englobando institutos e universidades, a fim de democratizar e ampliar o acesso da população ao ensino técnico e superior. Especificamente, o Plano visa a possibilitar a formação de mão de obra especializada e qualificada para promover o desenvolvimento regional, servindo como instrumento de políticas sociais do governo no combate às desigualdades sociais e territoriais.

O IFNMG é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicâmpus e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Surge com a relevante missão de promover uma educação pública de excelência por meio da junção indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Agrega pessoas, conhecimentos e tecnologias, visando a proporcionar a ampliação do desenvolvimento técnico e tecnológico da região norte-mineira.

A área de abrangência do IFNMG é constituída por 126 municípios distribuídos em 3 mesorregiões (Norte, parte do Noroeste e parte do Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais), ocupando uma área total de 184.557,80 Km². A população total é de 2.132.914 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000 (BRASIL, IBGE, 2000). Está presente nas cidades de Januária, Arinos, Almenara, Araçuaí, Pirapora, Montes Claros e Salinas, além daquelas cidades onde os câmpus se encontram em implantação: Diamantina, Teófilo Otoni e Janaúba. A maioria dos seus câmpus é recente, com exceção do câmpus Salinas que se originou da Escola Agrotécnica de Salinas e do câmpus Januária, antes CEFET de Januária.

O desafio do IFNMG é estar permanentemente conectado com as necessidades sociais e econômicas das regiões em que está presente. Na promoção do desenvolvimento, a instituição deve contribuir para atender às demandas já existentes, assim como fomentar as potencialidades que determinada região apresenta, a fim de atender às demandas futuras.

Quando se procura compreender os desafios do IFNMG, percebe-se que os institutos são instrumentos de intervenções diretas do governo com relação à educação profissional e ao desenvolvimento regional, uma vez que as estatísticas sinalizam carência de mão de obra especializada e apta a atender aos arranjos produtivos que a nova demanda apresenta. Como assinala Otranto (2010), “O

Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira”.

1.2 Apresentação da EAD²

A Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, passa, atualmente, por grandes reestruturações que vêm sendo introduzidas no IFNMG, paulatinamente, sob o crivo da coletividade.

Nesse cenário de mudanças, considerando o contexto de globalização que envolve todos os setores da sociedade atual, principalmente, aqueles que envolvem ciência e tecnologia, e, mais especificamente, observando as necessidades do contexto local, pretende-se iniciar no IFNMG experiências inovadoras na construção do conhecimento, como a Educação a Distância (EAD).

No entanto, a educação, em uma sociedade que se destaca pela disseminação da informação em larga escala de forma veloz, é mais que treinar pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC); mas, sim, reconhecer as necessidades dos sujeitos que compõem essa sociedade e investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva nessa sociedade, operacionalizando com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, sendo capazes de tomar decisões fundamentadas no conhecimento, bem como aplicar criatividade às novas mídias.

A EAD, quando compreendida em sua complexidade – com características que requerem disciplina e autonomia do aluno e preparação e zelo por parte de quem oferta – tem sido considerada uma das mais importantes ferramentas de difusão do conhecimento e de democratização do saber.

Atualmente, o IFNMG oferece 2 (duas) modalidades de cursos a distância: Cursos Técnicos via videoaula e Profissionais. Os cursos técnicos são cursos com encontros presenciais semanais programados nos polos de apoio presencial para realização de aulas práticas, apresentação de seminários e outras atividades afins. Nos cursos do Profissionais, oferecidos prioritariamente para funcionários de escola, os encontros presenciais são promovidos semanalmente para realização das atividades propostas pelos professores, de acordo com o projeto de cada curso.

² Texto adaptado do Projeto Político Pedagógico do IFNMG - Câmpus Montes Claros.

1.2.1 Finalidades, objetivos e princípios da EAD

O trabalho educacional em EAD desenvolvido no IFNMG norteia-se pelos fins e objetivos previstos na Lei nº 11.892/2008, no seu PDI e em legislações pertinentes à educação a distância. A partir do Decreto nº 5.800/06, que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dispõe sobre cursos, autorização, questões orçamentárias e prioridades de oferecimento; e do Decreto nº 6.303/07 nas disposições acerca do credenciamento das instituições, pedidos de autorização e das atividades presenciais obrigatórias dos cursos na modalidade EAD; bem como das demais legislações pertinentes, foram estruturadas as metas no conjunto da realidade institucional.

No alcance dessas metas, busca-se a realização de várias ações, tais como:

- ampliação da equipe multidisciplinar e da equipe de material didático na proporção da abertura de novos cursos, turmas ou áreas de atuação;
- manutenção de constante capacitação de toda a equipe envolvida nas ações da EAD (professores, tutores, técnicos administrativos e equipe de material didático) nas diversas demandas identificadas, tais como: planejamento, metodologia de EAD, mídias e material didático;
- avaliação, revisão e manutenção da capacitação de tutores presenciais, tutores a distância e tutores de laboratórios a cada novo curso a ser lançado ou a cada nova seleção de tutores para atender às disciplinas que serão desenvolvidas;
- incentivo à comunidade escolar para o desenvolvimento de metodologias de EAD;
- avaliação constante da metodologia empregada nos cursos que utilizam essa modalidade, a fim de buscar uma identidade educativa em EAD;
- revisão contínua da oferta de vagas, bem como do sistema de oferta dos cursos de graduação e pós-graduação, buscando parcerias e convênios nos projetos de abertura de novos cursos e áreas;
- estabelecimento de convênio com a pós-graduação para participação em grupos de pesquisa institucional e demais projetos articulados com essa diretoria, além da crescente e progressiva participação em eventos de caráter científico.

1.2.1.1 Finalidades

A EAD do IFNMG tem por finalidades:

- promover a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação profissional de nível técnico, graduação e pós-graduação na modalidade EAD;
- reduzir as desigualdades de oferta da Educação Profissional e Tecnológica nas diversas regiões do Estado (com pesquisas de demanda constantemente atualizadas) e ampliar o acesso à educação pública de qualidade;
- fomentar pesquisas relacionadas às TIC que possam contribuir para a formação de professores da educação básica e assim garantir melhorias na qualidade da educação;
- produzir e socializar conhecimentos, contribuindo com a formação de cidadãos e profissionais altamente qualificados tanto no ensino da modalidade EAD quanto, processualmente, na modalidade presencial;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino a distância, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.

1.2.1.2 Objetivos

Os objetivos da EAD do IFNMG são:

- aumentar o acesso ao conhecimento, diminuindo barreiras geográficas;
- facilitar o estudo, flexibilizando o local e o horário das aulas;
- possibilitar a aprendizagem por demanda, atendendo especificidades institucionais;
- possibilitar o ganho em escala na produção de materiais didáticos;
- aprimorar as possibilidades de desenvolvimento de material educacional por meio de equipe multidisciplinar de especialistas;
- proporcionar interatividade e *feedback* imediatos;
- formar comunidades colaborativas de aprendizagem;
- utilizar diferentes estratégias pedagógicas, atendendo a diferentes perfis e necessidades de desenvolvimento de competências;
- reduzir custos em relação a capacitações presenciais;
- auxiliar no processo de gestão do conhecimento;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

1.2.1.3 Princípios

O IFNMG, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores que se fazem presentes para a objetividade e eficácia de um programa de EAD:

- Interatividade: entre estudantes e professores, entre estudantes em equipes de trabalho, em debates sobre as videoaulas, nos debates e na preparação das atividades de aprendizagem durante as atividades supervisionadas, entre estudantes, tutores e especialistas, em fóruns de discussão, bate-papos (*chats*) programados.

- Seletividade: a comunicação com os estudantes, os professores-autores, regentes e tutores deve ser objetiva. Sugere-se que a seletividade não seja executada de forma fragmentada e individual pelos professores, mas que componha um todo para que os estudantes percebam as relações entre as disciplinas de uma mesma unidade temática. Além disso, esse é um princípio que exige habilidades pessoais que sejam desenvolvidas para permitirem ao estudante, mesmo que distante dos professores, dos tutores e dos colegas, praticar a seletividade no processo de educação permanente.

- Qualidade: implica uma inter-relação entre as necessidades, as expectativas e os interesses dos estudantes e a confiabilidade, a agilidade, a segurança e o bom atendimento da instituição. A interatividade e a seletividade podem direcionar à qualidade se organizadas, sistemicamente, levando em consideração os objetivos do curso, os participantes (professores – em seus diversos papéis - e aprendizes), a prática pedagógica prevista, os meios alocados, os suportes tecnológicos e o material didático, envolvidos em um processo avaliativo contínuo.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Denominação do curso: Técnico de Nível Médio em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

2.2 Eixo tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

2.3 Carga horária total: 1.200 h

2.4 Modalidade: A distância, com encontros presenciais

2.5 Forma: Concomitante/Subsequente

2.6 Ano de implantação: 1º semestre de 2015

2.7 Regime escolar: Semestral

2.8 Requisitos e forma de acesso: ter concluído ou cursar o Ensino Médio e ser selecionado em processo seletivo específico

2.9 Duração do curso: 2 anos

2.10 Prazo para integralização (tempo mínimo e máximo de integralização curricular): tempo mínimo de 2 anos (4 semestres) e tempo máximo de 4 anos (8 semestres)

2.11 Polos de oferta: Câmpus Almenara, Câmpus Araçuaí, Câmpus Arinos, Câmpus Diamantina, Câmpus Avançado Janaúba, Câmpus Januária, Câmpus Montes Claros, Câmpus Pirapora e Câmpus Teófilo Otoni.

3. JUSTIFICATIVA

A Língua Brasileira de Sinais – Libras foi reconhecida pela Lei 10.436/02 e pelo Decreto 5626/05 como meio legal de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria é capaz de transmitir ideias e fatos, originada de comunidades de pessoas surdas brasileiras. Conseqüentemente com o reconhecimento da língua de sinais a inclusão dos surdos nas escolas e no mercado de trabalho, percebe-se um crescimento ante este aumento a necessidade de profissionais que conhecem a Libras se faz imprescindível, para que a comunicação entre surdos e ouvintes se efetive dentro dos espaços escolares e sociais.

Atento a essa realidade, o governo tem tomado iniciativas. Por exemplo, na sociedade brasileira, a legislação sobre os surdos é presente de forma abundante. Citamos o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei 10.436/02 e definiu formas institucionais para o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa, visando o acesso das pessoas surdas à

educação e aos demais espaços sociais. O decreto, no Capítulo VIII artigo 26, versa sobre a garantia das pessoas surdas ao tratamento diferenciado, por meio da Libras realizados por servidores e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras, transcrevemos:

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**. (BRASIL, 2005)

Com base nessa realidade, propomos a realização do curso Técnico em Língua Brasileira de Sinais, com o objetivo de formar e qualificar profissionais em Libras para atender a essa demanda da sociedade. É sempre um desafio a implementação de um novo curso numa área desconhecida para muitos. Porém, se olharmos a legislação e a demanda existente, veremos a necessidade de cursos técnicos em LIBRAS. Com o curso Técnico em Tradução / Interpretação de Libras ofereceremos um diálogo mais profícuo com os surdos em todos os espaços sociais e escolares.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

✓ Formar profissionais capazes de atender às demandas sociais e políticas provocadas pelos diferentes grupos sociais e educacionais que trabalham diretamente para prover à pessoa surda ou com deficiência auditiva, melhores oportunidades de desenvolver o seu potencial bio-psico-social, proporcionando-lhe um atendimento adequado, a partir de sua singularidade.

4.2 Objetivos específicos

- ✓ Formar técnicos em nível médio para atuarem no uso e na interpretação desta língua nos diversos espaços sociais e acadêmicos.
- ✓ Capacitar profissionais de diferentes áreas de conhecimentos, mediante o aprofundamento e valorização do uso da comunicação e expressão em Libras.
- ✓ Compreender a importância de assegurar à pessoa surda ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação, a sua efetiva integração na vida em sociedade.
- ✓ Refletir sobre a questão da inclusão e das oportunidades dirigidas à pessoa surda ou com deficiência auditiva, tendo como estratégia a premissa de que todos têm os mesmos direitos para o pleno exercício da cidadania.
- ✓ Atender à demanda do mercado de trabalho, oferecendo profissionais especializados em Libras, que venham preencher lacunas existentes na estrutura de recursos humanos das indústrias, das escolas entre outros.

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DOS EGRESSOS

A estruturação curricular do curso permite que, na conclusão do mesmo, o aluno do Curso Técnico Tradução / Interpretação de Libras tenha um conhecimento amplo da Língua Brasileira de Sinais, seu uso nos diversos espaços sociais da comunidade surda e uma atuação social e profissional comprometida com a construção da consciência de cidadania. Deverá entender que a complexidade da sociedade manifesta-se através de diferentes formas e modos de linguagem, correspondentes a diferentes interesses em constantes confrontos e conflitos, em relação aos quais o cidadão deverá se posicionar. Diante disso, o perfil do Intérprete de LIBRAS deverá incluir:

- a. Conhecimentos teórico e descritivo básicos dos componentes fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo da LIBRAS;
- b. Capacidade de compreender os fatos da língua, da cultura surda e de conduzir diálogos em língua de sinais que possam ser aplicadas a problemas do uso e de aprendizagem de conhecimentos gerais

utilizando a LIBRAS;

- c. Capacidade de desempenhar o papel de multiplicador, formando intérpretes e fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas e culturais da Língua de Sinais Brasileira;

O Técnico em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais, formado pelo IFNMG é o profissional habilitado para ter visão ampla e generalista da comunicação e interpretação da Libras, preparado para atuar nas áreas de conhecimento e de aplicação onde o sujeito surdo e a Libras se fazem presentes: escolas, empresas, comércio, hospitais, concursos, espaços jurídicos entre outros. Visando atender as atividades de tradução / interpretação em Libras/ Língua Portuguesa, o Técnico de nível médio em Libras deverá adquirir as seguintes competências:

- a) ser proficiente em LIBRAS;
 - b) orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
 - c) orientar e mediar o trabalho do empregado surdo;
 - d) assumir e saber lidar com a diversidade existente entre o surdo e realidade que o cerca;
 - e) utilizar metodologias, estratégias comunicacionais que apóiem o surdo nos diversos espaços de convivência;
- f) ser tradutor interprete de libras/ Língua Portuguesa em todos os espaços que necessitarem destes profissionais.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 Orientações metodológicas

O Curso Técnico em Tradução / Interpretação em Libras do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais procura articular trabalho, cultura, ciência, tecnologia e tempo, visando o acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos, produzidos historicamente. Assim, este curso, possibilita uma nova forma de atendimento, onde o educando possa compreender o mundo compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria da qualidade de vida.

Esse curso deve contemplar a elevação da escolaridade com a profissionalização para um contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e acesso a uma formação profissional de qualidade, levando em

conta que cada educando tem uma experiência de vida acumulada de acordo com a sua realidade vivida.

Dessa forma, o curso propõe um currículo que assegure o acesso, a permanência e o êxito do profissional formado não apenas no curso em si, mas também no setor formal, público ou privado, ou como profissional autônomo. Para isso, o curso será composto por momentos a distância e por momentos presenciais.

Nos momentos presenciais a duração do módulo/aula será de **50 minutos**. O conteúdo de cada módulo será organizado e agrupado em áreas que apresentam aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais, visando à constituição e desenvolvimento de conjuntos de competências, identificadas a partir das Matrizes de Referência que atendem ao perfil de conclusão definido para o técnico.

Considerar-se-ão ainda as questões pertinentes a esta modalidade de ensino, como:

- ✓Orientação tutorial presencial nos pólos regionais, consciente e atuante que proporcione ao cursista a aprendizagem e motivação necessária para o bom andamento do curso;
- ✓Orientação tutorial a distância;
- ✓Desenvolvimento de um processo avaliativo que procure contemplar as dimensões diagnóstica, somativa e formativa;
- ✓Estudo individual e em grupo orientado pelos cadernos didáticos e atividades;
- ✓Formulação de guias ou manuais norteadores do trabalho docente e discente;
- ✓Elaboração ou adaptação de material didático lúdico, contextualizado, com textos e atividades coerentes com o desenvolvimento metodológico dos cursos;
- ✓Prática da interdisciplinaridade entre conteúdos do curso e conteúdos do ensino médio, especialmente para os casos em que o cursista esteja cursando esta etapa da educação básica; e ação-reflexão-ação durante o desenvolvimento do curso;
- ✓Socialização das experiências e conteúdos trabalhados, por meio de momentos presenciais, atividades práticas e/ou de campo, trabalhos em grupo, fóruns virtuais de discussão, seminários, dentre outros;
- ✓corpo docente composto por professores e técnicos do IFNMG e professores convidados, qualificados para o exercício do magistério nas modalidades de Educação a Distância e suas tecnologias.

- ✓ Utilização de ferramentas tecnológicas adequadas ao processo de educação a distância.

Apesar da ausência de obrigatoriedade do estágio supervisionado na legislação, exceto para os cursos cuja natureza o exijam, acredita-se que a prática profissional deve permear todo o processo educativo e deve interagir com a teoria, acontecendo em sala de aula, sala ambiente em relação direta professor/aluno.

6.1.1 Material didático do curso

O material didático a ser utilizado no curso será impresso a partir de materiais já existente no Portal da Rede e-Tec ou elaborados para atender à especificidade de cada curso na região. Em caso de necessidade de elaboração ou adaptação do material didático, este seguirá as orientações da SETEC/MEC, para que o processo educacional atinja seus objetivos. Seu conteúdo e formatação serão específicos e na linguagem EAD, relacionando teoria e prática de maneira integrada à plataforma *Moodle* e atenderá a dois formatos: versões impressa e eletrônica.

6.1.2 Metodologia de organização dos módulos

6.1.2.1 Módulo introdutório

O módulo introdutório é destinado à preparação dos cursistas para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por meio da disciplina Ambiente Virtual de Aprendizagem e Informática Básica. Além da introdução ao ambiente virtual, propõem-se aulas de Português Instrumental, Inglês Instrumental e Matemática Básica para que os cursistas tenham a oportunidade de discutir e argumentar sobre as proposições no ambiente virtual, assim como entender a proposta do curso, responder às atividades com coerência, melhorar a qualidade da sua leitura e escrita e nivelar seus conhecimentos matemáticos para a progressão dos estudos nos módulos seguintes, conforme necessidade do curso.

6.1.2.2 Estudos individuais

Os estudos individuais destinam-se ao desenvolvimento de habilidades de gestão e organização do tempo de estudo e à autonomia no processo de aprendizagem, através da leitura dos cadernos didáticos e realização de atividades específicas. Essas atividades constarão nos cadernos dos módulos ou serão propostas pelo professor formador da disciplina, sob a forma de textos e exercícios

individuais, para desenvolvimento, aplicação e problematização das questões conceituais e da prática profissional. Elas deverão ser postadas periodicamente no AVA pelos professores formadores, sob a supervisão dos tutores presenciais e a distância.

6.1.2.3 Grupos de trabalho

Os grupos de trabalho constituem-se de grupos de cursistas que se reunirão periodicamente para realização das atividades coletivas autoinstrucionais previstas no caderno de estudos e/ou sugeridas pelo professor no decorrer do curso. Esses grupos serão formados levando-se em consideração o local de residência dos cursistas e as possibilidades de encontros presenciais para realização das atividades. Os grupos de trabalho possuem como principal objetivo o desenvolvimento de competências profissionais, vinculadas à capacidade de construir relações e compartilhar as práticas de formação, favorecendo a problematização, a troca de ideias e a construção da prática coletiva. Caberá ao próprio grupo organizar o calendário para realização de seus encontros, contando, para isso, com a orientação e colaboração do tutor presencial.

6.1.2.4 Encontros presenciais

Os encontros presenciais são realizados em quatro etapas para estudos e duas, para avaliação. Eles constituirão o principal momento para socialização das atividades. Sua finalidade é propiciar a troca de experiências entre cursistas, apresentar a disciplina, introduzir novas atividades e dar orientações gerais, avaliar resultados, sanar dúvidas e dificuldades. As aulas expositivas, sempre de responsabilidade do professor formador, serão ofertadas por meio de videoaulas com duração de 50 minutos, tendo dois intervalos para a realização das atividades propostas pelo professor formador. O tutor presencial será responsável por coordenar e avaliar a realização dessas atividades. Haverá, também, momentos presenciais para os cursistas realizarem as avaliações referentes aos conteúdos trabalhados na disciplina. Esses momentos presenciais serão organizados pelos coordenadores de curso e coordenadores de polo.

Apresentação dos momentos presenciais e a distância

Evento	Objetivo	Responsável
Momento presencial de estudo	Apresentar 2 (duas) videoaulas de 50 minutos, contemplando, cada uma, 5 (cinco) unidades do caderno didático da disciplina especificada no calendário escolar. Ao término de cada videoaula, serão propostas atividades práticas de 20 minutos cada (um total de 40 minutos de atividades).	professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Estudo no AVA	Discutir os temas propostos pelo professor formador, buscando a construção colaborativa de conhecimentos.	Professor formador, coordenador de tutoria, tutor a distância e tutor presencial.
Momento presencial de estudo	Apresentar 2 (duas) videoaulas de 50 minutos, contemplando, cada uma, 5 (cinco) unidades do caderno didático da disciplina especificada no calendário escolar. Ao término de cada videoaula, serão propostas atividades práticas de 20 minutos cada (um total de 40 minutos de atividades).	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Seminário de Consolidação de Estudos/Aulas Práticas	Realizar seminários e/ou aulas práticas, conforme a exigência de cada disciplina, visando à consolidação dos conhecimentos construídos.	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Revisão da disciplina/atividades práticas	Revisar o conteúdo através de resumo da disciplina e atividades práticas planejadas e propostas pelo professor formador.	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Avaliação <i>online</i>	Verificar os conhecimentos construídos ao longo do estudo das disciplinas que compõem o módulo (sempre em grupos de três disciplinas), através de instrumento	Professor formador, coordenador de tutoria, coordenador de polo, tutor a distância e tutor presencial.

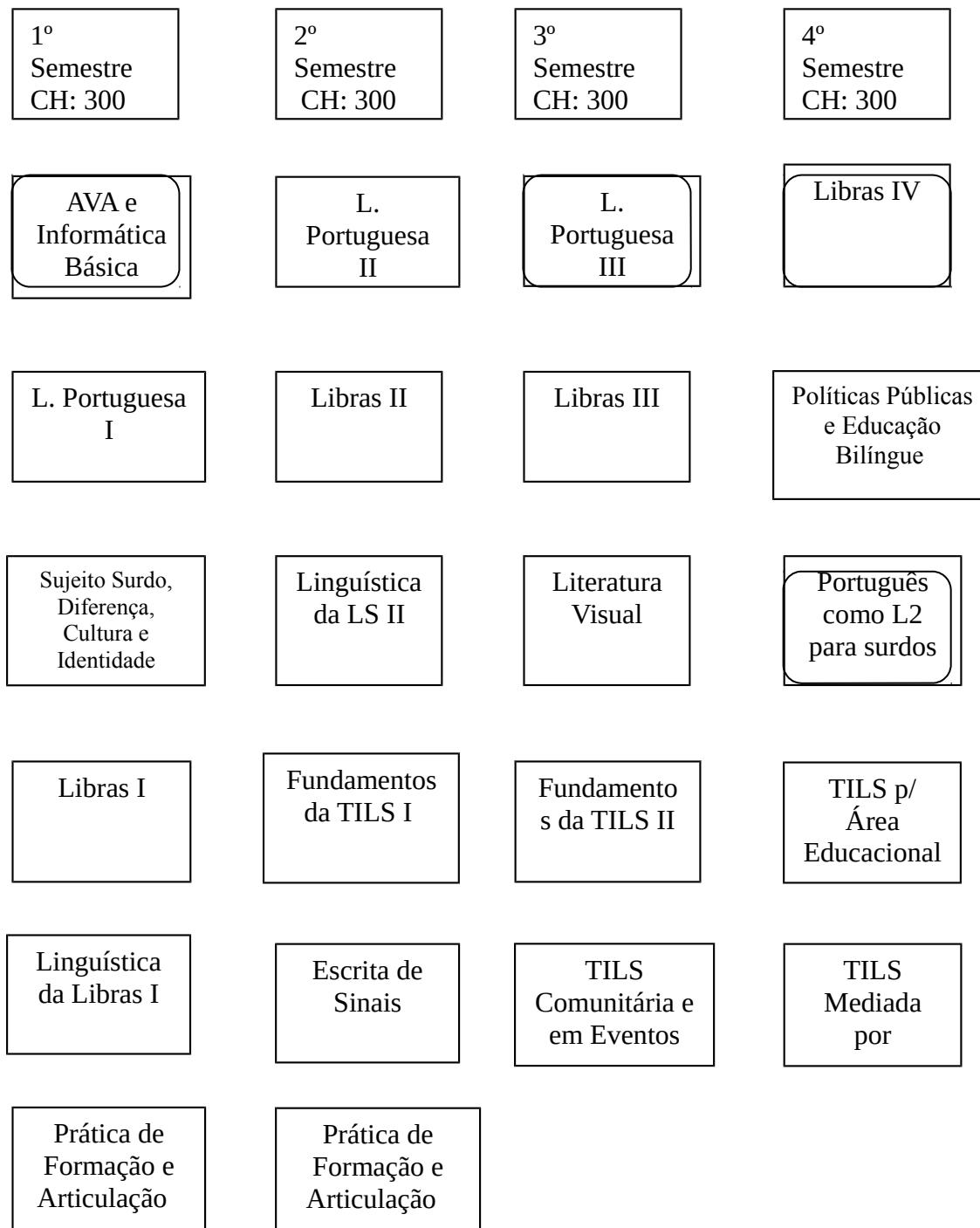
	<i>online</i> , no qual o aluno terá 50 minutos para resolver 10 questões objetivas de cada disciplina.	
Avaliação presencial	Verificar os conhecimentos construídos ao longo do estudo das disciplinas que compõem o módulo (sempre em grupos de três disciplinas).	Professor formador, coordenador de tutoria, coordenador de polo e tutor presencial.
Autoavaliação	Refletir sobre a própria aprendizagem, visando a melhorias.	Professor formador e aluno.

6.2 Estrutura curricular do curso

6.2.1 Matriz curricular

Módulo	Disciplina	CH
I	Ambiente Virtual de Aprendizagem e Informática Básica	30
	Língua Portuguesa I	45
	Sujeito Surdo, Diferença, Cultura e Identidade	45
	Libras I	75
	Linguística da Língua de Sinais I	45
	Prática de Formação e Articulação I	60
Total de Horas do Semestre		300
II	Língua Portuguesa II	45
	Libras II	75
	Linguística das Línguas de Sinais II	45
	Fundamentos da Tradução e Interpretação I	45
	Escrita de Sinais	45
	Prática de Formação e Articulação II	60
Total de Horas do Semestre		300
III	Língua Portuguesa III	45
	Libras III	75
	Literatura Visual	45
	Fundamentos da Tradução e Interpretação II	60
	Tradução e Interpretação comunitária e em eventos	60
	Prática de Formação e Articulação III	60
Total de Horas do Semestre		300
IV	Libras IV	60
	Políticas Públicas e Educação Bilíngue	45
	Português como L2 para Surdos	45
	Tradução e interpretação para a área educacional	45
	Interpretação Mediada por Tecnologias	45
	Prática de Formação e Articulação IV	60
Total de Horas do Semestre		300
Total de Horas		1.200 h

6.2.2 Representação gráfica da formação (fluxograma)



6.2.3 Ementário por disciplina

Módulo I

Disciplina: Ambiente virtual de aprendizagem e Informática Básica	
<p>EMENTA:</p> <p>Educação a distância. Ambiente virtual de aprendizagem. Evolução da informática. Componentes de um sistema computacional. Componentes básicos de hardware. Processadores eletrônicos de texto. Formatação e impressão de documentos de texto. Planilhas eletrônicas. Formatação e impressão de planilhas eletrônicas. Softwares para apresentações eletrônicas. Princípios da interatividade.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.</p> <p>MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B. Nosso Futuro e o Computador. 3ª ed. Bookman, 2000.</p> <p>WHITE, R., Como Funciona o Computador, 8ª ed. Editora QUARK, 1998.</p>	
<p>Bibliografia complementar</p> <p>ABRANET. Ambiente Brasileiro de Aprendizagem via Internet. Em aberto, 2003.</p> <p>ALMEIDA, M. E. B. de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. Educação e Pesquisa, São Paulo: USP, v. 29, n. 2, p.327-340, 2003.</p> <p>ALMEIDA, M. P. de. Curso de Formação de Tutores em EAD para Atuação na Área de Gestão Educacional: Desenhos Curriculares. 2006. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia, 2006.</p> <p>ALMEIDA, P.; GARBULHA, A.; ATTA, C. Modelo de design instrucional para disciplinas de graduação na modalidade semipresencial: a experiência do IESB. In: Congresso Internacional de Educação a Distância, 12., 2005. Florianópolis. 2005. Disponível em: <www.abed.org.br>. Acesso em: 19 out. 2005.</p> <p>ALVES, L. Um olhar pedagógico das interfaces do Moodle. In: ALVES, L.; BARROS, D.; OKADA, A. (Org.). Moodle: estratégias pedagógicas e estudos de caso. Salvador: Eduneb, 2009. p.185-201.</p>	
Disciplina: Língua Portuguesa I	
<p>EMENTA:</p>	

Processo de comunicação. Denotação e conotação. Figuras de linguagem. Fonética e Fonologia. Acentuação gráfica. Ortografia. Morfologia. Emprego de pronomes. Colocação pronominal. Verbos. Os erros e as confusões mais comuns na língua.

Bibliografia Básica:

CUNHA, Celso. CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MAIA, João Domingues. **Português; volume único: livro do professor. 2 ed.** São Paulo: Ática, 2005.

SARMENTO, Leila Lauar. **Gramática em Textos. 2 ed.** Ver. São Paulo: Moderna, 2005.

Bibliografia Complementar:

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática portuguesa**. São Paulo: nacional, 1984.

COSCARELLI, C. V.; MITRE, D. **Oficina de Leitura e Produção de Textos (Livro do Aluno)**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. v. 1.

FERREIRA, M. **Gramática: Aprender e Praticar**. Edição Renovada. São Paulo: FTD, 2004.

NICOLA, José de. **Gramática da palavra, da frase, do texto**. São Paulo: Scipione, 2004.

PERINI, Mário A. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo, Ática. 1985.

Disciplina: Sujeito Surdo, Diferença, Cultura e Identidade

EMENTA:

História da surdez. O sujeito surdo: família, aquisição de língua e comunidade surda. Diferença, cultura e identidade surda. Os movimentos surdos locais, nacionais e internacionais. Os direitos da pessoa surda.

Bibliografia Básica:

SKLIAR, C. (Org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 2008, 118p.

THOMA, Adriana da Silva & LOPES, Maura Corcini. **A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa

Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, 236p.

Bibliografia Complementar:

GESUELI, Z. M. (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2007.

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PERLIN, G. O Lugar da Cultura Surda. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Org.). **A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004. SILVA, I. R.; KAUCHAKJE

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

Disciplina: Libras I

EMENTA:

A importância da Língua Brasileira de Sinais para a inclusão. Expressão corporal e facial como elemento linguístico. Parâmetros fonológicos da Libras. Datilografia (alfabeto manual). Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS através do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.

Bibliografia Básica:

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Editora Parábola Editorial, São Paulo, agosto.

QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos surdos I** [Petrópolis, RJ]: Arara Azul, 2006. Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br>HYPERLINK "http://www.editora-arara-azul.com.br/">

QUADROS, Ronice Muller e PIMENTA, Nelson. **Curso de LIBRAS 1: iniciante**. 1. ed. Rio de Janeiro : LSB Vídeo, 2006.

Bibliografia Complementar:

CAPOVILLA, Fernando César – RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue – LIBRAS**. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2001.

PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. **Curso de Libras 1**. Rio de

Janeiro: LSB Vídeo, 2006.
 QUADROS, Ronice Muller e PIMENTA, Nelson. **Curso de LIBRAS 2: básico**.
 1. ed. Rio de Janeiro : LSB Vídeo, 2009.

RIBEIRO, M.C.M.A. (Org.). **Língua Brasileira de Sinais**. Montes Claros:
 Unimontes, 2012.
 QUADROS, Ronice Müller de, KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais
 brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 WILCOX, S; WILCOX, P.P. **Aprender a Ver**. Tradução de Tarcísio de Arantes
 Leite. Editora Arara Azul. Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br>
<http://www.editora-arara-azul.com.br/>>

Disciplina: Linguística da Língua de Sinais I

EMENTA:

Aspectos referentes à aquisição da linguagem. Estudo e análise contrastiva entre a Libras e o Português de elementos relevantes para a tradução e interpretação.

Bibliografia Básica:

Felipe, T.A. Introdução à Gramática da LIBRAS. In: **Educação Especial**, vol. III. Série Atualidades Pedagógicas, 4. Brasil, SEESP, MEC, 1997.

QUADROS, Ronice Muller & VANCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa de. **Questões teóricas das pesquisas em Língua de Sinais**. Editora Arara Azul, Rio de Janeiro, RJ. 397p. Disponível para download em http://editora-arara-azul.com.br/ebooks/catalogo/completo_port.pdf

Quadros, R.M. Aquisição da Linguagem. In: **Educação de Surdos a aquisição da linguagem**. Ed.Artes Médicas, 1997.

Bibliografia Complementar:

MIOTO, Carlos. **Novo Manual de Sintaxe**. Florianópolis. Editora Insular. 2ª Ed. 2005, 280p.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Editora Artmed, 2004.

Karnopp, L.B. Aquisição fonológica nas línguas de sinais. In: **Letras Hoje**. PUCRS, n 1. Porto Alegre, Edipucrs, 1997.

Karnopp, L.B. Produções do Período Pré-lingüístico. In: **Atualidades da educação bilíngüe para surdos**. Vol. 2. Carlos Skliar (org). Ed. 1999.

Disciplina: Prática de Formação e Articulação I	
EMENTA:	
A disciplina abordará temas atuais relacionados à Libras, tradução/interpretação, inclusão e educação de surdos, além da postura ética a ser adotada por esse profissional. Terá como objetivo organizar atividades práticas que poderão ser apresentadas para toda a comunidade ou para um público específico, finalizando as discussões e aprendizagem do módulo.	
Bibliografia Básica:	
Textos variados, atuais, voltados para situações cotidianas da profissão. O professor da disciplina deverá organizar uma atividade ao final da disciplina, de forma a envolver todas as demais disciplinas do módulo.	
Bibliografia Complementar:	
MATIAS, Marlene. Organização de Eventos. Procedimento e técnicas. São Paulo, Manole. 2003.	
ZITTA, Carmem. Organização de Eventos: da ideia à realidade. Editora Senac/ DF.	

Modulo II

Disciplina: Língua Portuguesa II	
EMENTA:	
Oralidade, comunicação e linguagem. Expressão corporal, oral e escrita. Ruídos na comunicação. Leitura, interpretação e produção de textos. Argumentação e persuasão. Vícios de linguagem. Coerência textual. Sintaxe: termos da oração. Pontuação. Esquema, resumo, resenhas, ensaios e relatos.	
Bibliografia Básica:	
CUNHA, Celso. CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.	
FIORIN, J. Luiz. SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.	
SARMENTO, Leila Lauar. Gramática em Textos. 2 ed. Ver. São Paulo: Moderna, 2005.	
Bibliografia Complementar:	

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática portuguesa**. São Paulo: nacional, 1984.

MAIA, João Domingues, **Português**: volume único: livro do professor. 2 ed. São Paulo: Ática, 2005.

NICOLA, José de. **Gramática da palavra, da frase, do texto**. São Paulo: Scipione, 2004.

PÉCORÁ, A. **Problemas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PERINI, Mário A. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo, Ática. 1985.

Disciplina: Libras II	Carga Horária:
<p>EMENTA:</p> <p>Língua Brasileira de Sinais em situações de comunicação elementar capaz de compreender sentenças curtas e expressões de uso frequente relacionadas com assuntos de prioridade imediata. Uso de expressões faciais gramaticais e afetivas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, v 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller e PIMENTA, Nelson. Curso de LIBRAS 2: básico. 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2009.</p> <p>FELIPE, Tania A. Libras em contexto: Curso básico. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004</p> <p>FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.</p> <p>FERNANDES, Eulália. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>POKER, Rosimar Bortolini. Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo</p>	

em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional. UNESP, 2001. 363p. Tese de Doutorado.

Disciplina: Linguística da Línguas de Sinais II	Carga Horária:
EMENTA:	
Domínio das Configurações de mãos. Origem dos Estudos Linguísticos das Língua de Sinais. A Fonologia da Libras. A Morfologia da Libras. A Sintaxe da Libras. A Semântica da Libras. Uso dos diferentes tipos de classificadores na Libras. Uso do tempo na Libras. Estudo de vocabulários. Tipos Verbos em Libras. Localização espacial topográfica.	
Bibliografia Básica:	
QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (organizadoras). Estudos Surdos IV. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.	
QUADROS, Ronice Müller de (organizadora). Estudos Surdos III. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.	
QUADROS, R. M. & KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.	
Bibliografia Complementar:	
BERNARDINO, Elidéa Lúcia. Absurdo ou lógica?: A produção lingüística do surdo. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000	
BIDERMAN, M. T. Teoria Lingüística. São Paulo: Martins Fontes, 2001.	
SAUSSURE, F. de. Curso de lingüística geral. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 1991.	
SACKS, Oliver. Vendo vozes. Uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1990	
STROBEL, K. L. & FERNANDES, S. Aspectos Lingüísticos da Libras. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998. Disponível em: < http://www8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/aspectos_ling.pdf >. Acesso em: 01 março. 10)	

Disciplina: Fundamentos Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I	Carga Horária:
EMENTA:	
Teoria de tradução e interpretação. Sistema de transcrição. Técnicas de tradução de português/libras – Libras/ Português.	
Bibliografia Básica:	

AUBERT, F. H. **As (in)fidelidades da tradução**: servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1993.

PAGANO, Adriana; ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia. **Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução: A teoria na prática**. São Paulo: Ática, 1999.

PEREIRA, M. C. P.; RUSSO, A. **Tradução e Interpretação de Língua de Sinais**: técnicas e dinâmicas para cursos. São Paulo: Cultura Surda, 2008. v. 1.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira. Estudos Linguísticos**. Porto Alegre, Artmed 2004.

RICOER, P. **Interpretação e ideologias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SOUZA, V. C. de; VIEIRA, R. **Uma Proposta para Tradução Automática entre Libras e Português no Sign WebMessage**. Disponível em: <http://www.exatec.unisinos.br/~vinicius/TIL2006_revised.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2008.

Disciplina: Escrita de Sinais	Carga Horária:
EMENTA:	
Estudos sobre processo de aprendizagem da leitura e escrita de sinais. Relação de comparação entre códigos escritos e a escrita de sinais. Produção de textos escritos em língua de sinais.	
Bibliografia Básica:	
DIC_BRAZIL_SW . Dicionário com sinais Libras escritos em SignWriting. Disponível em: http://dicionariolibras.com.br/website/download.asp?cod=124&idi=1&moe=6&id_categoria=155#	
SUTTON, Valerie. SignWriting : manual. Disponível em: < www.signwriting.org >.	
ESTELITA, M. Elis. Escrita das Línguas de Sinais . Petrópolis: Arara Azul, 2007	
MARQUES, Augusto; NEVES, Sylvia Lia G. SignWriting - Escrita de Sinais .	

O que se deve aprender primeiro. Disponível em:
http://dicionariolibras.com.br/website/download.asp?cod=124&idi=1&moe=6&id_categoria=155#

Bibliografia Complementar:

BRIEN, D. **Dictionary of British Sign Language/English**. London: Faber and Faber, 1992.

GIORDANI, L. F. **"Quero escrever o que está escrito nas ruas":** representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

ONG, V. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologizacao da palavra**. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas: São Paulo, 1998.

STOKOE, W.; CASTERLINE, D., CRONEBERG, C. **A dicitioary of American Sign Language linguistic principles**. Washington, Gallaudet, 1965.

SUTTON, V. **SignWriting: Manual**. [online]. Disponível em: <www.signwrting.org>. Acesso em: 2 out. 1996.

Disciplina: Prática de Formação e Articulação II

Carga Horária:

EMENTA:

A disciplina abordará temas atuais relacionados à tradução/interpretação, inclusão e educação de surdos, além da postura ética desse profissional. Terá como objetivo organizar atividades práticas que poderão ser apresentadas para toda a comunidade ou para um público específico, finalizando as discussões e aprendizagem do módulo.

Bibliografia Básica:

Textos variados, atuais, voltados para situações cotidianas da profissão. O professor da disciplina deverá organizar uma atividade ao final da disciplina, de forma a envolver todas as demais disciplinas do módulo.

Bibliografia Complementar:

ZITTA, Carmem. **Organização de Eventos: da ideia à realidade**. Editora Senac/ DF.

MATIAS, Marlene. Organização de Eventos. Procedimento e técnicas. São Paulo, Manole. 2003.

Modulo III

Disciplina: Língua Portuguesa III	
EMENTA:	
Leitura, interpretação e produção de textos. Coesão textual. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Escrita de gêneros acadêmicos.	
Bibliografia Básica:	
CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES Thereza Cochar. Português Linguagens: Literatura, produção de texto e gramática . São Paulo: Atual, 2006.	
FÁVERO. L. L. Coesão e coerência textuais . São Paulo: Ática, 1998.	
PASCHOALIN; SPADOTO. Gramática: teoria e exercícios . São Paulo: FTD, 1996.	
Bibliografia Complementar:	
BELTRÃO. Odacir. & Mariusa. Correspondência: linguagem&comunicação: oficial, comercial, bancária, particular . São Paulo: Atlas, 2005.	
C. HARANTES, Helena Aparecida et. al. Os degraus da produção textual . EDUSC, 2003	
KOCH, Ingedore G. Villaça. Desvendando os segredos do texto . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.	
LOPES, Glaucia; PORRUA, Regiane Pinheiro Dionísio. Língua Portuguesa I . Instituto Federal do Paraná, 2010.	
MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola Editorial, 2005.	
Disciplina: Libras III	
Ementa:	
Língua Brasileira de Sinais em situações de comunicação independente capaz de compreender os pontos essenciais quando a linguagem padrão utilizada é clara, tratando-se de aspectos familiares. O uso do espaço nos níveis de análise da língua de sinais, bem como o uso dos classificadores: tipos de classificadores, suas restrições e funções nas línguas de sinais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
FELIPE, Tania. Libras em Contexto . 8ª Ed. MEC, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.librasemcontexto.org/	

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Editora Artmed, 2004, 221p

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo (org.). **Língua Brasileira de Sinais-Libras**. Montes Claros: Unimontes, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, L. F. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

CAPOVILLA, Fernando César – RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue – LIBRAS**. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). *Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira*. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. *LIBRAS em contexto*. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

PIMENTA, N. *Curso de Língua de Sinais*, vol. 2. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2007. 1 DVD.

Disciplina: Literatura Visual

EMENTA:

Diferentes tipos de produção literária em sinais: estórias visualizadas, o conto, as piadas, as poesias. As diferentes etapas utilizadas pelo contador de estórias para crianças surdas. Exploração visual e espacial das diferentes narrativas. As narrativas surdas: redescoberta da criação literária surda.

Bibliografia Básica:

ARNHEIM, R. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1980.

HESSEL, Carolina; ROSA, Fabiano; KARNOPP, L. B. **Cinderela Surda**. Canoas: ULBRA, 2003.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane; SALES, Heloisa M. **Artes visuais da exposição à sala de aula**. São Paulo: EDUSP, 2005.

LOWENFELD, V.; BRITTAIN, W.L. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

ROSA, Fabiano; KARNOPP, Lodenir. **Adão e Eva**. Ilustrações de Maristela Alano. Canoas: ULBRA, 2005.

_____. **Patinho Surdo**. Ilustrações de Maristela Alano. Canoas: ULBRA, 2005.

SILVEIRA, Carolina Hessel; ROSA, Fabiano; KARNOPP, L. B. **Rapunzel Surda**. Canoas: ULBRA, 2003. p. 36.

Disciplina: Fundamentos da TILS II

EMENTA:

A atuação do tradutor e intérprete de Libras em diferentes situações. Mediação linguística e cultural em interações comunicativas. O papel do intérprete de língua de sinais na sala de aula e uma postura ética. A representação do “intérprete-pedagógico” na educação de surdos.

Bibliografia Básica:

GÓES, M. C. R. de (Org.). **Surdez: Processo Educativos e Subjetividade**. São Paulo: Editora Lovise, 2000. p. 51-84.

_____. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.

O'DONNELL, K. **Valores Humanos no Trabalho: a parede para prática**. São Paulo. Editora Gente: 2006.

Bibliografia Complementar:

AUBERT, F. H. **As (In)Fidelidades da Tradução: servidões e autonomia do tradutor**. Campinas: Unicamp, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

PEREIRA, M. C. P.; RUSSO, A. **Tradução e Interpretação de Língua de Sinais: técnicas e dinâmicas para cursos**. São Paulo: Cultura Surda, 2008. v. 1.

QUADROS, R. M. **O tradutor e Interpretre de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

RICOER, P. **Interpretação e ideologias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

Disciplina: Tradução e Interpretação comunitária e em eventos

EMENTA:

Interpretação comunitária. Atuação do Intérprete de Libras em interações face a face. Teoria e Prática de interpretação na área da saúde, turismo, informação, área jurídica e em visitação. Sentido e significado do léxico nesses contextos. Estudos das implicações e condições necessárias à interpretação simultânea em eventos.

Bibliografia Básica:

METZGER, Melanie. Os destaques das pesquisas sobre interpretação de língua de sinais no contexto acadêmico da interpretação comunitária. **Cadernos de Tradução**, [S.l.], v. 2, n. 26, p. 13-61, out. 2010. ISSN 2175-7968. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p13>>. Acesso em: 07 Dez. 2014.

PAGURA, Reynaldo. **A interpretação de conferências:** interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA**, São Paulo, v. 19, n. spe, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Dec. 2014.

ORIGUELA, D. A. **Interpretação Comunitária, Direitos Humanos e Assistência Social:** proposta de política pública no contexto brasileiro. *TradTerm*, São Paulo, v. 23, Setembro/2014, p. 225-240. Acesso em 07 dez 214. Disponível em: <www.revistas.usp.br/tradterm/article/download/85578/88366>

Bibliografia Complementar:

Artigos recentemente publicados em simpósios e congressos e que abordem a temática.

Módulo IV

Disciplina: Libras IV	
------------------------------	--

EMENTA:

Descrição visual (técnicas e habilidades). Explorando o espaço de sinalização do ponto de vista linguístico e topográfico. Aprofundamento das estruturas da língua, enriquecimento do léxico e aperfeiçoamento da compreensão e produção em nível avançado. Atividades de prática como componente curricular ou atividades aplicadas à tradução e interpretação.

Bibliografia Básica:

FELIPE, Tania. **Libras em Contexto**. 8ª Ed. MEC, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi Stumpf (Org.).

Estudos Surdos IV. Rio de Janeiro: Arara azul, 2009.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Editora Artmed, 2004, 221p

Bibliografia Complementar:

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, v 1 e 2.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GAUTO, Paulo Roberto (et. al). **Caderno Pedagógico I Curso de Libras.** Santa Catarina: Cefet/SC Unidade São José, 2007.

INES (org.) **LIBRAS Dicionário da Língua Brasileira de Sinais versão 2.1 – web – 2008.** Disponível em: < <http://www.acessobrasil.org.br/libras/#>>

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Editora Artmed, 2004, 221p

Disciplina: Políticas Públicas e Educação Bilíngue

EMENTA:

História da Educação de Surdos no Brasil. Políticas públicas de (ex)inclusão sociais e educacionais. O atendimento educacional especializado para o aluno surdo. Visão crítica da relação da educação dos surdos com a educação especial. A proposta da educação bilíngue no contexto educacional.

Bibliografia Básica:

LIMA, Maria do Socorro Correia. **Surdez, bilinguismo e inclusão:** entre o dito, o pretendido e o feito. 2004. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.u-nicamp.br/document/?code=vtls000340267>> Acesso em: 06/11/2013.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, Maria Teresa Egler; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (orgs). **Inclusão Escolar.** São Paulo: Summus, 2006. p.31-69. (Pontos e Contrapontos).

SKLIAR, C. (Org.) **Educação & exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação. 1997.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.** Brasília:

MEC/SEESP, 2007.

LACERDA, Cristina B. F. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte**: examinando a construção de conhecimentos. Campinas: UNICAMP, 1996. Tese. Mimeo.

LORENZETTI, M. L. A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a voz das professoras. **Revista Espaço**. São Paulo: 2006. Disponível em: <http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18/Atualidade01.pdf>. Acesso em 13 de mai. de 2014.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política de integração/inclusão e a aprendizagem dos surdos**: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular. Florianópolis: UFSC, 2008.

MAHER, Teresa Machado. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: CAVALCANTI, M.; BORTONIRICARDO, S. (orgs.) **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

Disciplina: Português como L2 para surdos	Carga Horária:
<p>EMENTA:</p>	
<p>O processo de aquisição da língua portuguesa por sujeitos surdos. Direitos linguísticos assegurados pelo Decreto 5626/2005. Relação entre língua de sinais e da língua portuguesa escrita. Estratégias e práticas de ensino de português na sala de aula inclusiva. A escrita dos surdos.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p>	
<p>QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília, MEC/SEESP, 2006. SALLES, H. M. M. L., FAULSTICH, E., CARVALHO, O. L., RAMOS, A. A. L. Ensino de Língua Portuguesa para surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica. Ministério da Educação-Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, SEESP, 2004. SALLES, H.M.L. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para prática pedagógica. Ministério da Educação-Secretaria de Educação Especial Brasília: MEC, SEESP, 2007.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p>	
<p>CAVALCANTI, Marilda C.. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. DELTA, São Paulo, v. 15, n. spe, 1999. Acesso em 01 jun. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000300015&script=sci_arttext</p>	
<p>GONÇALVES, Alisson Gomes; RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo. Sobre o ensino de língua portuguesa e de Libras na escola inclusiva: a perspectiva dos alunos surdos envolvidos. Revista Educere et Educare (Unioeste). Cascavel, vol. 7 nº 14 jul./dez 2012. p. 69-82. LACERDA, Cristina B. F. Os processos dialógicos entre aluno surdo e</p>	

educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos. Campinas: UNICAMP, 1996. Tese. Mimeo.

SKLIAR, C.(org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

_____. **Un análisis preliminar de las variables que intervienen en el proyecto de educación bilíngüe para los sordos.** Porto Alegre: UFRGS, 1997. Mimeo.

Disciplina: Tradução e interpretação na área educacional

EMENTA:

Discussão do processo de tradução e interpretação no meio educacional. Questões intra e inter linguísticas e culturais no meio educacional.

Bibliografia Básica:

ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana. **Traduzir com autonomia. Estratégias para o tradutor em formação.** Rio de Janeiro: Editora contexto 2000.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEITE, Emeli Marques Costa. **Os papéis do intérprete de libras na sala de aula inclusiva.** Petrópolis: Arara azul, 2005. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/livro3/pdf>>.

Bibliografia Complementar:

BASSNETT, Susan. **Estudos de Tradução.** Trad. Vivina de Campos Figueiredo, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HURTADO ALBIR, Amparo. A Aquisição da Competência Tradutória: aspectos teóricos e didáticos. In: PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio (orgs.). **Competência em Tradução: cognição e discurso.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GÓES, Adriana Ramos Silva. Desmistificando a Atuação do Intérprete de LIBRAS na Inclusão. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade.** Acesso em 07 dez. 2014. Disponível em: <

azul.com.br/novoeaa/revista/?p=946>

SOUSA, Danielle Vanessa Costa. O Tradutor / Intérprete de Libras no Contexto Educacional: Desafios Linguísticos no Processo Tradutório. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**. Acesso em 07 dez. 2014. Disponível em: < <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=656>>

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2007.

Disciplina: Interpretação Mediada por Tecnologias	Carga Horária: 45 h
--	----------------------------

EMENTA:

Noções da produção de significados em textos multisemióticos. Recursos tecnológicos: opções e efeitos. Sobreposição de canais na interpretação simultânea de textos multisemióticos. Uso da imagem e direitos autorais da co-autoria na web e TV. Tecnologias assistivas para surdos.

Bibliografia Básica:

VIEIRA, Josênia Antunes et all. **Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BURGOS, Maria Del Pilar Lara. **Técnicas de Interpretación de Lengua de Signos**. Barcelona CNSE 2º ed. 2004.

MERTZANI, M. Reflexões sobre a língua de sinais e a cultura surda em ambientes de comunicação mediada por computador (CMC): explorações e considerações iniciais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais**. Petrópolis: Arara Azul, 2008, p. 367-380. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/ebooks/catalogo/completo_port.pdf>

Bibliografia Complementar:

HARRIS, Watts. **On Camera: O Curso de Produção de Filme e Vídeo da BBC**. Ed. Summus, 1990.

KRIEGER, Maria da Graça. FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

LEMOS, A. Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. **Razón y Palabra**, 2004. Acesso em 07 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n41/alemos.html>>

MITTMANN, Solange. **Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva**. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003. 183 pp.

TAVARES, Cristina do Amaral; OLIVEIRA, Ana Paula Pires. **Libras no ensino de inglês mediado pelas novas tecnologias: desafios e possibilidade.** Acesso em 07 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v14n4/v14n4a12.pdf>>

6.2.4 Prática profissional

O Curso Técnico Tradução / Interpretação de Libras na modalidade em EAD requer Prática Profissional com carga horária de 240h, seguindo as diretrizes estabelecidas para cada curso. Além disso, o Curso integra as disciplinas específicas com a prática de formação profissional pretendida, favorecendo o desenvolvimento das competências necessárias ao profissional, e mostra a amplitude do trabalho do Técnico Tradução / Interpretação em Libras na sociedade atual.

O curso contemplará parte de sua carga horária para o desenvolvimento de práticas profissionais propostas pelo professor formador e articuladas pelos tutores presenciais. Entende-se por prática profissional as atividades voltadas para o aprimoramento da formação profissional do cursista, mediante a aplicação prática dos conhecimentos teóricos estudados no curso, tais como atividades práticas, visitas técnicas, pesquisas de campo, análise de situações problema, elaboração e execução de projetos, dentre outras.

É também recomendável que tais práticas se deem de maneira interdisciplinar, possibilitando uma maior integração entre os elementos curriculares. Nestas práticas profissionais também poderão ser contempladas atividades de pesquisa e extensão voltadas para o atendimento e desenvolvimento da comunidade.

6.2.5 Estágio curricular

O Curso de Tradução / Interpretação de Libras na modalidade em EAD não requer, em caráter obrigatório, a realização do estágio supervisionado dado à natureza da atividade profissional do egresso, bem como a metodologia utilizada para o desenvolvimento e aplicação da organização curricular do curso, estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais.

Embora não seja obrigatório, será incentivada a realização de estágios vivenciais na área. Os estágios representam atividades formativas e poderão ser certificados pelo curso.

7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Com bases nas diretrizes curriculares do ensino técnico profissional no país, serão aproveitados, desde que relacionados ao perfil profissional de conclusão da habilitação profissional, conhecimentos adquiridos:

- no ensino médio;
- em qualificações profissionais e etapas ou módulos concluídos em outros cursos de nível médio;
- no trabalho, ou por outros meios informais, mediante avaliação do cursista.

O aproveitamento de estudos pode ser feito mediante apresentação de documento escolar referente às séries, períodos, etapas ou componentes curriculares nos quais o cursista obteve aprovação. No caso de estudos concluídos com êxito em qualquer curso ou exame, legalmente autorizados, no mesmo nível, ou em nível mais elevado de ensino, o aproveitamento de estudos pode ocorrer através de deliberação de uma comissão da própria instituição, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho.

Se os conhecimentos tiverem sido adquiridos através do cotidiano no trabalho, o cursista poderá ser beneficiado com a “certificação de competências”, podendo também esses conhecimentos, após certificação, serem aproveitados no curso.

Dessa forma, estão sendo atendidas as diretrizes nacionais para o ensino técnico, conforme legislação vigente e regulamentação interna da instituição, proporcionando ao educando a possibilidade de trabalhar na área, estando esse qualificado ou habilitado na área específica.

8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO

8.1 Avaliação da aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem dos cursistas será desenvolvido de forma a observar o disposto no PPP, no Regimento do IFNMG e na legislação vigente. Para a metodologia que se propõe, a avaliação torna-se instrumento fundamental. O mecanismo ação-reflexão-ação é importante para que a avaliação cumpra o seu papel, ou seja, o julgamento qualitativo da ação deve estar em função do aprimoramento desta mesma ação.

O exercício avaliativo estará baseado nos atributos (conhecimentos, habilidades e valores) das competências definidas no perfil de conclusão de curso e se desenvolverá de forma sistemática, com ênfase nas modalidades “diagnóstica, somativa e formativa”.

A dimensão diagnóstica deve ser compartilhada por tutores, professor formador e cursista, permitindo a identificação de possibilidades e dificuldades na aprendizagem, no decorrer do processo. A dimensão formativa, por sua vez, possibilitará a tomada de medidas corretivas no momento adequado, de tal maneira que o cursista possa ser orientado pelo tutor presencial quanto às dúvidas de conteúdo, atividades práticas, metodologia e o próprio processo de aprendizagem em si. A dimensão somativa identificará o grau em que os objetivos foram atingidos, expressando os resultados de aproveitamento no curso por meio de notas.

8.2 Promoção e reprovação

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem serão constituídos pelas atividades individuais e de grupos previstas nos cadernos de estudo, atividades e provas (presenciais) referentes aos conteúdos e atividades desenvolvidas.

Ao longo do curso serão distribuídos 100 (cem) pontos para avaliação das atividades de cada módulo e 60% dessas atividades serão presenciais, cumprindo a determinação legal. Para a aprovação final, o cursista deverá obter 60% dos pontos. A equipe multidisciplinar dos cursos será responsável pela correção das atividades

individuais, de grupos e provas mensais e pela atribuição de notas, podendo ser auxiliada pelos tutores.

A insuficiência revelada na aprendizagem pode ser objeto de correção, pelos processos de recuperação (paralela e final). A recuperação paralela se fará presente nos casos em que o domínio de um conceito é fundamental para a continuidade do processo de aprendizagem, quando os professores formadores oferecerão estratégias pedagógicas para aqueles que não conseguiram o desempenho satisfatório (nota inferior a 60 pontos).

O processo consistirá na viabilização de atividades programadas pelos professores formadores (revisão de atividades, exercícios, sínteses etc.). Essas atividades não devem se caracterizar como instrumentos de coerção e/ou punição; pelo contrário, são peças fundamentais para o processo avaliativo pautado nos preceitos apresentados neste projeto.

8.2.1 Quadro de avaliações

Avaliação	Modalidade	Pontuação
avaliação semestral	presencial	30 pontos
avaliação <i>online</i> individual	a distância	20 pontos
apresentação de seminário	presencial	10 pontos
atividades aplicadas (visitas técnicas, trabalhos de campo e/ou atividades práticas)	presencial	10 pontos
participação nas atividades propostas pelo professor nos encontros presenciais	presencial	10 pontos
participação nos fóruns de discussão da disciplina	a distância	10 pontos
autoavaliação	a distância	10 pontos
total de pontos distribuídos		100 pontos

O módulo introdutório estará isento de avaliação. Entretanto, o cursista deverá cumprir 75% da carga horária do módulo para dar continuidade ao curso. Ao aluno que cumprir as atividades e estiver com frequência igual ou superior a 75% neste módulo será atribuída a nota máxima (100 pontos), a fim de cumprimento das normas de registro de frequência e avaliação.

Qualquer situação omissa neste Plano de Curso deverá ser resolvida em conformidade com o Regimento por um conselho de classe, formado pelos coordenadores gerais, coordenadores de cursos, pedagogo e professores formadores.

8.3 Frequência

Em relação à frequência nos encontros presenciais, o cursista deverá apresentar frequência mínima de 75% na carga horária total destes encontros, por módulo, para ser aprovado.

9 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Sempre que se julgar necessário, serão realizadas reuniões para discussão, análise e reavaliação das propostas presentes neste Plano de Curso, podendo o mesmo ser reformulado para melhor atender aos objetivos propostos.

10 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EXPEDIDOS

A certificação de conclusão do curso técnico será expedida por um dos Câmpus do IFNMG, quando do término do curso, desde que o estudante tenha concluído o Ensino Médio, esteja aprovado em todas as disciplinas curriculares e tenha a frequência mínima exigida.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 9 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras

providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Projeto Político Pedagógico do Câmpus Montes Claros**. 2013.